

Eu e o Depo: amigos felizes

Susana Ribeiro

Enfermeira - IASAUDE, IP-RAM - UCAD
Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny



Quando pensamos em desporto, pensamos no lazer, na competitividade, no bem-estar físico, psicológico, social e no grande papel que a atividade física assume na prevenção das doenças crónicas e da mortalidade prematura relacionadas com os estilos de vida.

Deste modo, e porque tem sido já uma aposta constante do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM, através da Unidade operacional de intervenção em comportamentos aditivos e dependências, nas populações mais jovens, e considerando que o desporto é um importante fator de proteção para os comportamentos de risco, surge um projeto, em parceria com a Escola Superior de Enfermagem São José de Cluny e o Clube de Futebol do Caniçal, direcionado à equipa de Futebol de iniciados, intitulado “Eu e o Depo, amigos felizes.”

Pretende-se com este projeto

que os adolescentes se consciencializem dos benefícios alcançados com a prática desportiva e que os possam replicar nos diferentes contextos do quotidiano. Habilidades como a tomada de decisão, a resolução de problemas, a disciplina, a responsabilidade, o pensamento crítico, as relações interpessoais, a cooperação, o autoconceito e a autoestima, exigidas enquanto elemento de um grupo e equipa, irão reforçar o seu crescimento harmonioso enquanto pessoa e membro de uma sociedade.

O projeto iniciou-se no passado dia 13, abrangendo jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 15 anos, e está estruturado em duas fases distintas.

O primeiro momento da intervenção incidiu na caracterização e diagnóstico, permitindo aferir aspetos relacionados com a atividade física, com os amigos, com os sentimentos, com a perceção pessoal de saúde, com os tempos livres, com o ambiente

“

O primeiro momento da intervenção incidiu na caracterização e diagnóstico, permitindo aferir aspetos relacionados com a atividade física..

escolar, com a aprendizagem e com a assertividade. A segunda fase desta iniciativa integra sessões semanais com recurso a abordagens dinâmicas que fomentem uma participação ativa, a reflexão e a aprendizagem de todos os elementos.

À semelhança de outros projetos de educação para a saúde, também este reforça a necessidade de fomentar sinergias na promoção de comportamentos de saúde e na definição de estratégias no âmbito da prevenção de danos relacionados com as substâncias psicoativas. A distribuição de responsabilidades conduz ao reforço de recursos, além de proporcionar a partilha de conhecimentos, a amplificação de estratégias e políticas de saúde, solidificando o sentimento de comunidade e o capital social tão relevantes a cada pessoa, enquanto ser humano e elemento de um sistema aberto em constantes trocas com o ambiente que o envolve. **JM**

O ensino privado é mais económico para o Estado

António Justo

A classificação (“ranking”) das 621 escolas portuguesas do secundário, em 2014-2015, mostra as escolas privadas na grande dianteira do ensino. As melhores médias nos exames nacionais do 12º ano são obtidas nas escolas privadas, sendo “nove das dez escolas com melhor média privadas”. Naturalmente também há grande diferença entre as escolas privadas.

Escolas estatais e privadas complementam-se, respondendo, cada uma, a diferentes situações e aspirações do país na construção de uma democracia e uma sociedade variada e plural. A livre escolha das escolas pelos pais revela-se como um meio de desenvolvimento para o país.

Os rankings de avaliação são uma forma justa de mostrar o rendimento das escolas; assim os encarregados de educação têm a oportunidade de ver quais são as escolas mais viradas para a excelência e para a formação

da personalidade dos alunos. Não se deveria aqui fomentar a concorrência entre as escolas do ensino privado ou estatal mas sim a responsabilidade. Os contextos sociais são determinantes, pelo que a comparação das escolas deveria motivar o Estado a investir mais em contextos sociais degradados. Seria mal se as escolas do estado se tornassem nas escolas do resto; também se tornaria nociva uma discussão ideológica entre os defensores do ensino estatal e do ensino privado; esta catalisaria-se numa esquerda defensora do dirigismo do Estado e da massificação da população escolar ou numa direita demasiado interessada num elitismo à custa da solidariedade. As escolas públicas do Estado, pelo facto de receberem mais alunos desmotivados ou em situação deficitária terão mais dificuldades em obter melhores resultados do que as escolas públicas privadas.

Numa sociedade extremamente permissiva torna-se normal o insucesso escolar. Mais que um ensino demasiado selectivo importa um ensino mais responsabilizador e menos virado

para o facilitismo. O facilitismo discrimina e prejudica mais as camadas sociais desprotegidas – quem passa devido a medidas administrativas, fica depois pelo caminho na luta real pela vida.

A escola deve ser obrigada a dar resposta aos anseios dos pais e da nação. A política educativa do MEC tem sido insuficiente e uma má política educativa torna péssimo o que seria um bom aluno. As aprendizagens e o sucesso dos alunos na sociedade não parecem ser a preocupação da política. Não se trata de formar uma geração rasca nem tão-pouco uma que se arrasta na construção de um presente sem futuro e como tal sem motivação (Falta também uma verdadeira aposta no ensino profissional dual, à maneira alemã, muito eficiente porque virado para a inserção profissional e social do aluno). O risco e a incerteza só podem ser enfrentados com uma boa qualificação.

O Estado ao fomentar também o ensino privado poupa muito dinheiro pois encontra nos encarregados de educação que colocam seus filhos no ensino privado contribuintes que descon-

tam para o financiamento do ensino estatal e ao mesmo tempo contribuindo com os custos dos encargos com os seus filhos no privado.

“O poder do feiticeiro reside na ignorância dos seus irmãos tribais”! Este dito popular descreve bem a política de ensino do MEC seguida há dezenas de anos (O MEC é o ministério onde os ideólogos de esquerda mais assentaram seus arraiais). O facilitismo e a falta de disciplina pedagógica e de disciplina no pensamento, nas escolas, são o melhor pressuposto para se fomentar uma sociedade massa e massificante e a melhor estratégia preparadora de uma sociedade de crédulos de ideologias que beneficiam o desmiolamento e a corrupção do próprio pensamento. A falta de saber contextual e a ausência do pensamento crítico tem dado lugar a um criticismo opinioso vulgar que não vê para lá do próprio prato!

Um Estado com um Ministério da Educação voltado para a mediana e imbuído de uma ideologia simplicista e proletária não reconheceu ainda o problema

da preparação dos seus cidadãos (na e para a Europa) para o presente e para o futuro. A Europa só pode sobreviver na concorrência com as sociedades emergentes através da aposta na investigação, na competência e no alto saber (a concorrência nos sectores de menor formação e de salários baixos está perdida devido à inflação dos mesmos na Ásia). Facto é que o ensino tem perdido nível intelectual e humano; professores e encarregados de educação têm sido enganados e entretidos com medidas sempre novas que dão a impressão de progresso social quando servem mais o progresso de interesses ideológicos; trata-se a sociedade como se fosse um jardim infantil à espera de rebuçados. Precisamos de um ensino que ensine a pensar, que ensine a saber e o porque se sabe ou se deve saber; o ensino sem uma comunidade educativa responsável e responsabilizada e se transmitido como mera obrigação e sem portas de entrada para a vida profissional prepara para a desilusão. O mestre eficiente é aquele que ao fazer aprende. **JM**